

neurólogos e assistentes sociais. Na Direção do Departamento Penitenciário do Estado implantou os objetivos da lei estadual que complementou a Lei 6.416. Realizou trabalhos no manicômio judiciário de Barbacena e, na Penitenciária de Juiz de Fora conseguiu abertura de contratos para empregar o homem em regime de semi-liberdade visando aí, o seu retorno à comunidade. Mais uma vez o Senhor Presidente dirige um apelo aos Senhores Conselheiros no sentido de contribuirem com o CNPP, no sentido de enviar obras e trabalhos que tenham realizado e possam enriquecer as reuniões e o trabalho que o Exmo. Senhor Ministro da Justiça determinou. Solicita a palavra o Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, que agradece a honra de haver sido convidado a participar do CNPP, embora não sendo jurista projeta que: "o Ministro da Justiça, na sua habitual clarividência, lembrou por bem incluir, também, um médico. neste grupo e certamente se eu posso extrapolar o seu plano, vejo que há, além da preocupação orgânica propriamente dita da criminologia, da manifestação física das grades de ferro e da própria lei que cabe aos juristas interpretar, existe o aspecto psicossomático. É provável que tenha sido esta a razão". Como contribuição aos responsáveis pelo ante-projeto, sugeriu a análise do título do CNPP, com relação à palavra Nacional - isto porque, entende que seria oportuno uma observação regional; assim, os redatores do referido ante-projeto abririam flexibilidade suficiente a fim de serem atendidas as nossas diferenças regionais. Colocou ainda, que a maneira pela qual um médico vê a criminalidade é através da seguinte tríade: a) O PRÉ - é a criminologia preventiva; b) O PER - é a criminologia corretiva e o POST - é a criminologia do assunto criminológico post, que é o da integração. O Senhor Presidente informa que acabaram de ouvir um grande mestre que por 15 anos, esteve ausente do País e que agora retorna numa hora muito feliz porque assim pode o Ministro da Justiça convocá-lo para este Conselho. Assim, o Senhor Presidente encerra a Sessão, fixando o dia 21 de julho às 9:00 horas, para o próximo encontro. Aprovada a presente Ata, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Assessora.

PIO SOARES CANEDO

Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA

Assessora

CONSELHO SUPERIOR DE CENSURA

RESOLUÇÃO Nº 02/80

Dispõe sobre a criação do Certificado Liberatório do CSC para espetáculos de diversão pública.

O Conselho Superior de Censura, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 17 da Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968; e

Considerando a conveniência de uma rápida tramitação dos processos que envolvem pedidos de liberação de espetáculos de diversão pública e que, em grau de recurso, tenham sido objeto de exame do Conselho Superior de Censura:

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criado o Certificado Liberatório do Conselho Superior de Censura, conforme modelo anexo, a ser expedido pelo CSC, nos casos em que o espetáculo de diversão pública tenha sido liberado por decisão do próprio Conselho.

Art. 2º - O Certificado de que trata esta Resolução será numerado em ordem seguida e levará, além da chancela do Conselho Superior de Censura, a assinatura de seu Presidente.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 06 de agosto de 1980

OCTACIANO NOGUEIRA
PresidenteROBERTO POMPEU DE SOUSA BRASIL
RelatorMINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DE CENSURA

CERTIFICADO DE CENSURA

CERTIFICADO Nº	TIPO DA OBRA	PROJETO
TÍTULO DA OBRA		
AUTOR OU DIRETOR		
DECISÃO DO CSC	DATA	
CLASSIFICAÇÃO	VALOR DA	
		UNIDADE EM
JUSTIFICATIVA DE IMPROPRIEDADE		PRESIDENTE DO CSC

VERSO

Certifico que, por Decisão do Conselho Superior de Censura, adotada na reunião plenária abaixo indicada, foi liberada, com a classificação constante do verso, a seguinte obra:

1. Título
2. Autor ou Diretor
3. Título original
4. Tradução de
5. Adaptação de
6. Produção de
7. Processo na DCOP
8. Liberado: Unanimidade ☒ Maioria ☐
9. Tipo de filme: 35mm ☐ 16mm ☐ Cinema ☐ Tv ☐
10. Aprobado p/ Decisão nº / de /
11. Sessão do Conselho de / /
12. Relator

Brasília, de de

REVERSO

Ministério das
Relações Exteriores

DEPARTAMENTO CONSULAR E JURÍDICO

Divisão de Atos Internacionais

Conselheiro Fernando S. Alves

Chefe da Divisão de Atos Internacionais

BRASIL - ARGENTINA

Troca de notas aprovando os Protocolos nº 1 e nº 2 sobre Cooperação no campo nuclear e Informação Técnica.

Por troca de notas celebrada em Brasília, a 20 de agosto de 1980, entre o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e o Senhor Major Brigadeiro (R) Carlos W. Pastor, Ministro de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, foram aprovados os seguintes atos bilaterais, concluídos na mesma data: Protocolo de Execução nº 1, entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da República Argentina, para a Cooperação no campo da formação de recursos humanos no setor nuclear; e Protocolo de Execução nº 2 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Comissão Nacional de Energia Atômica sobre Informação Técnica.

A nota brasileira e os mencionados atos bilaterais tem o seguinte teor:

Em 20 de agosto 1980.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com referência aos instrumentos abaixo relacionados, assinados no dia de hoje entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear, da República Federativa do Brasil, e a Comissão Nacional de Energia Atômica, da República Argentina, no quadro do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, de 17 de maio de 1980: